



acep

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES  
E CONTAS 2016**



# ÍNDICE

ÍNDICE .....	1
A ACEP E OS PROCESSOS DE INFLUÊNCIA POLÍTICA EM CONTEXTOS DE FRAGILIDADE INSTITUCIONAL ..	4
PROGRAMAS E PROJECTOS.....	6
PROGRAMAS E PROJECTOS EM CURSO EM 2016.....	7
Portugal / Aquele Outro Mundo que é o Mundo – O Mundos dos Media e o Mundo do Desenvolvimento .....	7
Guiné-Bissau / Casa dos Direitos, redes e recursos para a paz e o desenvolvimento .....	8
Guiné-Bissau / Ora di Diritu .....	9
Guiné-Bissau / Observatório dos Direitos.....	11
Guiné-Bissau / Segurança Alimentar, Saúde e Nutrição em Quínara.....	12
S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pelo Desenvolvimento: capacitação, advocacia e monitoria.....	13
S. Tomé e Príncipe / Direitos das Mulheres: Conhecer, Capacitar, Sensibilizar .....	14

Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe / Futuros Criativos – Economia criativa como estratégia de desenvolvimento .....	15
Cooperação e Desenvolvimento:.....	16
Novos desafios, visões partilhadas .....	16
EDIÇÕES .....	17
O Desenvolvimento nos Media – percepções e visões de jornalistas e de profissionais da área do Desenvolvimento .....	18
Observando Direitos na Guiné-Bissau – Educação, Saúde, Habitação, Água, Energia, Saneamento, Justiça, Meios de Subsistência .....	18
Desafios – Trabalhar em Rede na Guiné-Bissau .....	18
Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe .....	19
Mais Informação, Mais Participação, Melhor Desenvolvimento .....	19
Monitoria do OGE 2010-2015 nos subsectores da Água e Saneamento em São Tomé e Príncipe ...	19
Políticas Públicas: Boas Práticas de Monitoria e de Prestação de Contas .....	20
Processos de Diálogo para Promover a Mudança Social .....	20

CADERNOS DA CASA .....	21
Tráfico de Crianças na Guiné-Bissau – Informação de base e protecção legal .....	21
A Violência contra as Meninas e Mulheres – Causas sociais e culturais e protecção legal .....	21
Direitos Económicos das Mulheres – Percepções, práticas, tendências e desafios.....	21
Talibés.....	22
EXPOSIÇÕES.....	22
Ora di Diritu .....	22
VÍDEOS.....	23
Spots televisivos Ora di Diritu .....	23
Documentário   Roda de Mulheres.....	23
A ACEP E A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD .....	24
INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO ..	24
OS RECURSOS DA ACEP .....	27
Os Recursos Humanos .....	27
Os Recursos Financeiros .....	28
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS....	30

## DO RELATÓRIO DE 2015

“Em 2015 a ACEP assinalou 25 anos de existência, recorrendo a Eduardo Galeano: “a utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela afasta-se dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”. A ACEP assume desta forma continuar a definir-se como um espaço de procura, rejeitando a redução da sua natureza e da sua intervenção à de uma agência de projectos. No trabalho desenvolvido neste ano é aliás possível salientar alguns marcos que são uma tradução prática desta identidade e missão, que coloca as pessoas e os seus direitos de cidadania no centro da intervenção: citemos, por exemplo, o trabalho de investigação, monitoria, sensibilização e advocacia social, desenvolvido em parcerias diversas, a partir da Casa dos Direitos da Guiné-Bissau ou em São Tomé e Príncipe; estudo, questionamento e criação de oportunidades de articulação, criteriosa, entre os temas e os profissionais dos media e do desenvolvimento, em Portugal; a procura de temas inovadores que podem trazer novas respostas a novos ou velhos problemas do desenvolvimento, como sejam as iniciativas de economia criativa e seus promotores em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe; a incorporação das culturas e as suas diversas expressões, enquanto matrizes identitárias mas em constante renovação, no diálogo com as sociedades e na formação de cidadania activa, envolvendo gerações de jovens na abertura ao mundo. Este tem sido um percurso possível pela visão que tem estado presente na ACEP desde o início: “se queres ir depressa vai sozinho, se queres ir longe

vai com outros”, como ensina o provérbio africano. As parcerias, no sentido nobre do termo, construídas com tempo e sem prazo certo, a procura de bases adequadas de diálogo efectivo e de complementaridades com instituições de distintas missões e naturezas, potenciando as “vantagens colaborativas” de que falava já há 20 anos Chris Huxham, bem como a procura de integração permanente de diferentes gerações de saberes e de experiências têm sido alguns dos sustentáculos de processos persistentes de intervenção, tanto em Portugal como ao nível internacional. Ao fazer balanço ao ponto em que estávamos no final de 2015, destacamos algumas constatações:

- o reforço do trabalho de intervenção cívica, sob a forma de advocacia e de influencia política, com um centramento progressivo nos temas dos direitos humanos e da governação das sociedades
- o reforço do trabalho com profissionais dos media, que passou a ser transversal aos vários projectos, e não só em Portugal
- o reforço do papel da ACEP na dinamização de espaços de partilha e de debate e também facilitadora do trabalho em redes, formais ou informais
- a permanência de relações de trabalho de interesse mútuo, com centros de investigação, ligando pesquisa com *advocacy* e influência política.

Embora seja questionável o optimismo do discurso do “fim da crise”, avaliamos de forma muito positiva o percurso realizado nos últimos anos, em que a ACEP conseguiu resistir à crise nas suas diversas dimensões, sem nos desviarmos do essencial, sem trocar missão por táticas de sobrevivência, preservando uma equipa profissional coesa e estável.

## A ACEP E OS PROCESSOS DE INFLUÊNCIA POLÍTICA EM CONTEXTOS DE FRAGILIDADE INSTITUCIONAL

Anualmente, escolhemos um tema para reflexão inicial do relatório. Este ano, decidimos destacar uma discussão que temos vindo a aprofundar internamente e com os nossos parceiros sobre os desafios dos processos de influência política em contextos onde existe grande fragilidade institucional. A reflexão parte do trabalho que a ACEP tem vindo a desenvolver na Guiné-Bissau e da forma como se posiciona enquanto organização estrangeira e de como se relaciona com as organizações parceiras nacionais.

Há cerca de duas décadas que a ACEP tem colaborado com organizações congéneres na Guiné-Bissau, na promoção da cidadania, na construção de laços de cooperação e de reforço mútuo, sobretudo em áreas consideradas vitais como a promoção dos direitos humanos e da participação democrática. Tem sido um compromisso assumido com outros para a realização plena dos direitos humanos num país caracterizado por sucessivos momentos de instabilidade política e de fragilidades a nível institucional que mutuamente se condicionam. Os projectos que a ACEP tem dinamizado, com organizações nacionais com as quais tem uma longa relação de trabalho, têm-se caracterizado pelo seu enfoque na promoção e monitoria de direitos, na advocacia social e na influência política com o envolvimento de múltiplos actores. Estes processos, sobretudo em contextos de fragilidade institucional e em matérias sensíveis como os direitos humanos, não são lineares, exigindo, por isso, uma grande flexibilidade e capacidades adaptativas apenas possíveis a organizações com visões semelhantes sobre a sua missão e a natureza

das parcerias, assentes em laços de confiança que precisam de ser permanentemente alimentados. Neste contexto, a ACEP tem pautado a sua intervenção pelo respeito e promoção de compromissos e das melhores práticas internacionais de cooperação em contextos de fragilidades institucionais, que incluem princípios como:

- não contornar os actores locais;
- não subestimar o contexto, as suas complexidades e alterações;
- não sobrestimar os resultados de curto prazo;
- apostar numa perspectiva de médio/longo prazo, criando condições para a construção de sistemas nacionais e para o fortalecimento das instituições e das capacidades.

Da experiência de trabalho realizado nos últimos seis anos na Guiné-Bissau, nomeadamente com o processo de criação da *Casa dos Direitos*, reforçando o trabalho em rede de promoção e defesa direitos humanos, de iniciativas de combate à impunidade, de monitoria dos direitos (como o *Observatório dos Direitos*), comprovámos que a advocacia

precisa de ser vista como uma acção assente numa parceria de complementaridades. Esta deve ser capaz de identificar os interlocutores nos diversos níveis do Estado e da sociedade, e de os envolver de formas flexíveis e adequadas a cada momento. A advocacia trata-se muito mais de um trabalho mais relacional, do que um exercício de aplicação de técnicas mais ou menos standardizadas. Depende, mais do que outro tipo de intervenções, de variações no contexto e nas relações que se estabelecem e se alteram. Trata-se assim de procurar alargar ou reforçar redes de influência social e política, que sustentem e afirmem a necessidade de novas políticas, novas leis e novas relações. Essa é uma experiência que tem sido vivenciada conjuntamente com organizações como a Liga Guineense de Direitos Humanos, a Associação dos Amigos da Criança, a Tiniguena, a Rede Nacional de Associações Juvenis, a Rede de Luta contra a Violência com base no Género, entre outras.

O trabalho em projectos como *Ora di Diritu* ou *Articulações Não Governamentais*, permitiu fortalecer o trabalho em rede entre ONGs e redes que colaboram no âmbito da Casa dos

Direitos, como actores de pesquisa e intervenção social, mas também actores *políticos*, em diálogo com outras instituições, nacionais e internacionais.

*Ora di Diritu* foi concebido num momento de grande optimismo no país, após a realização de eleições (2014) e a constituição de um governo inclusivo. Era para todos os envolvidos, comprometidos com a realização dos direitos humanos na Guiné-Bissau, a *hora dos direitos*. Este contexto político favorável foi, no entanto, interrompido com a demissão forçada do Governo e um novo ciclo de instabilidade e de agravamento de fragilidades institucionais, afectando fortemente as organizações nacionais e as pessoas, empurradas para níveis de sobrevivência nunca antes experimentados, sem respostas adequadas da cooperação internacional.

Assim, o equilíbrio e flexibilidade entre os compromissos assumidos em ciclo de projecto e a realidade do contexto permitiram desenvolver uma multiplicidade de estratégias e efeitos combinados, e em conjunto conseguir alguns resultados, que destacamos:

- o contributo para o reconhecimento político,

social e internacional de actores nacionais e da relevância da sua acção, como condição para capacidade de influência efectiva;

- a criação de conhecimento aprofundado sobre os temas, a partir dos talentos humanos nacionais e como base para a intervenção;

- o desenvolvimento de capacidades e instrumentos de comunicação com diversos níveis da sociedade e do Estado;

- o suscitar de redes informais de influência e conscientização social com impacto futuro;

- a construção de relações de diálogo e de confiança entre intervenientes bem identificados do Estado e da sociedade;

- a definição de alvos a diferentes níveis, do macro ao micro, do Estado central ao local, com flexibilidade, consoante temas e contexto

- a construção de propostas legais e políticas com evidências recolhidas participadamente.

Não subestimar os desafios da complexidade das situações, antes os encarando como desafios à criatividade e à inovação, é também uma forma de proporcionar resultados com impacto futuro, que vão para além das panaceias de curto prazo, assentes em leituras simplificadoras e até derrotistas.



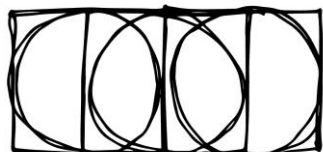
## PROGRAMAS E PROJECTOS

© ACEP, Debate “Jornalismo e Desenvolvimento” / Portugal, 2016



## PROGRAMAS E PROJECTOS EM CURSO EM 2016

Portugal / *Aquele Outro Mundo que é o Mundo - O Mundos dos Media e o Mundo do Desenvolvimento*



**Aquele outro mundo que é o mundo**  
o mundo dos media e o mundo do desenvolvimento

site [www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo](http://www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo)

parceiros ACEP, Associação CoolPolitics, CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina e CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

financiamento Camões - Instituto da Cooperação e da Língua  
Fundação Calouste Gulbenkian

Este projecto, que surge no seguimento de diversos anos de trabalho com jornalistas e profissionais dos media, procurou contribuir para melhorar a relação entre profissionais do Jornalismo e da área do Desenvolvimento. À semelhança de 2015, procurou-se criar espaços de debate numa conferência internacional, com a participação de dois convidados com experiência de temas relacionados com África, e sobre a ética na reportagem: Chris Elliott, da *Ethical Journalism Network* e Tania Adam, da *Radio Africa Magazine*, de Barcelona, num debate moderado pela cientista política Marina Costa Lobo. O público da sessão, na Fundação Gulbenkian, era composto maioritariamente por estudantes de Jornalismo da Universidade de Coimbra, jornalistas e membros de organizações da sociedade civil. O projecto foi também à universidade, em sessões com estudantes de Comunicação Social e Jornalismo na Universidade de Coimbra, do Minho e Lisboa. No final do projecto, todos os contributos resultaram numa proposta de *Carta de Princípios para a relação entre jornalistas e profissionais da área do Desenvolvimento*,



numa tentativa de consensualizar práticas que facilitem a actuação no terreno no respeito pelas suas responsabilidades sociais. Foi também realizada a segunda edição da Bolsa de Criação Jornalística sobre questões do Desenvolvimento, que proporcionou as condições para a realização de quatro reportagens publicadas em jornais portugueses, sobre temas tão diversos como o interior do país e as estratégias para resistir à sua desertificação (Ana Cristina Pereira e Margarida David Cardoso, Público); a educação da comunidade cigana na Bulgária (Samuel Silva e Rui Barros, Público); os campos de refugiados na Grécia (Patrícia Ferreira e Sara Dias Oliveira, no Noticias Magazine); e a central fotovoltaica em Bamdadincin/ Guiné-Bissau (Vanessa Rato e Miguel Manso, no Notícias Magazine). Apesar do termo do financiamento do Camões, foi aceite pela Fundação Gulbenkian a proposta de apoio para 2017 à Bolsa jornalística e à conferência. As actividades e os resultados do projecto podem ser consultados no site [Aquele Outro Mundo que é o Mundo](#), que se manterá activo.

## Guiné-Bissau / Casa dos Direitos, redes e recursos para a paz e o desenvolvimento



site [www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com](http://www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com)

parceria ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos, AD Acção para o Desenvolvimento, AMIC Associação dos Amigos das Crianças, LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos, RA Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento, RENARC Rede Nacional de Rádios Comunitárias, RENAJ Rede Nacional de Juventude, RENLUV Rede Nacional de Luta contra a Violência baseada no Género e Criança e a Tiniguena - Esta Terra é Nossa

### financiamento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua  
Fundação Calouste Gulbenkian  
União Europeia

A Casa dos Direitos, uma casa aberta às iniciativas da sociedade civil na Guiné-Bissau,

já com 5 anos de existência, criada no edifício da antiga esquadra/prisão de Bissau Velho, consolidou a sua natureza de espaço de participação e de encontro da sociedade civil neste ano de 2016, marcado pelo agravamento da instabilidade política e também de novas expressões de contestação social. De facto, para além de espaço de projectos de maior continuidade, que se apresentam mais adiante, e de espaço de trabalho da Liga Guineense de Direitos Humanos, a Casa foi também o espaço de novas iniciativas de resposta à situação do país, com particular destaque para iniciativas promovidas por mulheres de diversos quadrantes - como a Roda de Mulheres, um encontro/debate a assinalar o 8 de março, onde se cruzaram diferentes gerações, experiências e perspectivas (ver [aqui](#) a síntese em vídeo), ou debates promovidas por uma nova organização de mulheres, a Miguilan (*Mindjer de Bissau nô lanta* - Mulheres de Bissau levantam-se), entre outras. A Casa dos Direitos integra o roteiro de iniciativas de direitos humanos visitadas por crianças e jovens dos bairros em torno de Bissau (com



visitas guiadas ao edifício e conversas sobre direitos) ou de estudantes dos vários graus de ensino, em particular o secundário e superior, mas também de missões estrangeiras de passagem no país.

Além disso, acolhe sessões de trabalho de organizações nacionais e internacionais, que não só animam o espaço como contribuem para a sua sustentabilidade, com o pagamento de um preço razoável. A realização, pela 2ª vez, da Quinzena dos Direitos, ao longo de duas semanas em Dezembro, começa a marcar a agenda do mês dos Direitos Humanos, com uma parceria alargada e um programa diversificado.



### Quinzena dos Direitos - a marcar a agenda do mês dos Direitos Humanos em Bissau

Pelo segundo ano consecutivo, a Casa dos Direitos e as organizações da sociedade civil associadas promoveram a **Quinzena dos Direitos**, nas primeiras duas semanas de Dezembro (o Dia Internacional dos Direitos Humanos assinala-se a 10 de Dezembro). Foram 15 dias a falar de Direitos Humanos através da fotografia, do cinema, dos livros, de debates. Foram integradas na Quinzena diversas actividades de projectos que orbitam na Casa dos Direitos, como a apresentação de um livro sobre o trabalho em rede de ONG na Guiné-Bissau ou o ateliê de formação sobre campanhas de advocacia social, dirigido a líderes de associações juvenis, ou ainda a atribuição do prémio Jornalismo e Direitos Humanos. Um dos momentos altos da Quinzena tem sido a inauguração da Feira do Livro, desta vez em simultâneo na Casa dos Direitos e no Centro Cultural Português.

Associaram-se à Quinzena dos Direitos mais de 20 organizações, desde ONG, UNIOGBIS, a Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau, a FCG, UE, editoras, bem como uma comissão da Assembleia Nacional Popular.



## Guiné-Bissau / Ora di Diritu



parceria ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos, AMIC Associação dos Amigos das Crianças, LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos, Tiniguena - Esta Terra é Nossa, com a Casa dos Direitos

### financiamento

União Europeia / IEDDH

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

O *Ora di Diritu* (Tempo dos Direitos) é uma iniciativa de influência política, advocacia e comunicação em Direitos Humanos na Guiné-Bissau, iniciada em 2015 por três ONGs nacionais - AMIC, LGDH e TINIGUENA - e coordenado pela ACEP. Teve como ponto de partida a realização de 4 diagnósticos - causas

da violência contra as mulheres, direitos económicos das mulheres, tráficos de crianças e quadro legal de direitos humanos, por equipas constituídas pelas ONGs parceiras. Em 2016 e fruto da alteração do contexto político e que por isso dificultou a interlocução com actores do Estado, o foco da actividades centrou-se no reforço da relação com a Comissão Especializada em Assuntos Constitucionais e Direitos Humanos da ANP, e na criação de condições para o reforço do trabalho de sensibilização em todo o país, com a elaboração de instrumentos de comunicação com base no estudo, adaptados para o trabalho a nível local com responsáveis da justiça, das forças policiais, da educação, entre outros e com a formação de disseminadores. Foi também reforçada a complementaridade do trabalho com o Observatório dos Direitos, em iniciativas como a Roda de Mulheres ou num atelier sobre experiências de campanhas nacionais de advocacia, dinamizado pela ACEP e partilhadas pelos seus principais protagonistas com cerca de 20 responsáveis de associações juvenis de Bissau.





## Guiné-Bissau / Observatório dos Direitos



site [www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt](http://www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt)

parceiros ACEP e LGDH - Liga Guineense de Direitos Humanos  
CEsA - Centro de Estudos Sobre Africa, Ásia e América Latina

### *financiamento*

União Europeia

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Projecto de monitoria dos direitos humanos na Guiné-Bissau, desenvolvido pela Liga Guineense de Direitos Humanos, a ACEP e o CEsA, centro de investigação especializado da Universidade de Lisboa, cumpriu em 2016 o seu terceiro ano de actividades e último no contrato de financiamento em curso.

Neste ano foi portanto realizada uma missão de monitoria promovida pela EU, de que resultou uma avaliação muito positiva do trabalho realizado a diversos níveis - metodológico, científico, político - recomendando a sua continuidade, dado o curto espaço de tempo (3 anos) para consolidar uma iniciativa deste tipo.

Tal não foi no entanto considerado pela EU, que não se comprometeu financeiramente com essa continuidade.

O 3º ano foi, no entanto, um ano de consolidação da equipa de terreno, do leque alargado de indicadores (que passou a incluir também acesso a meios de subsistência) e também do reconhecimento da importância e da qualidade do trabalho por parte de instituições nacionais, que se traduziu, por exemplo, na grande abertura manifestada para o acesso a dados, incluindo ao nível do sistema judicial e prisional. O ano foi concluído com a elaboração do 3º Relatório anual “Observando os Direitos”, que torna disponível uma série de 3 anos de recolha e tratamento de dados em todas as regiões, com excepção de

Bolama/Bijagós. Pelo 3º ano consecutivo promoveu-se também o Prémio “Jornalismo e Direitos Humanos”, atribuído a trabalhos realizados por jornalistas guineenses (na rádio, imprensa e TV) ao longo de 2016 e que se destacaram pelo seu contributo em denunciar ou promover os Direitos Humanos no país.



## Guiné-Bissau / Articulações e concertações não governamentais

*parceria ACEP, AMIC Associação dos Amigos das Crianças, LGDH Liga Guineense de Direitos Humanos; RENARC Rede Nacional de Rádios Comunitárias, RENAJ Rede Nacional de Juventude, RENLUV Rede Nacional de Luta Contra a Violência baseada no Género e Criança; TINIGUENA - Esta Terra É Nossa*

*financiamento*

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua  
Consórcio de ONGs

Está no seu segundo ano este projecto que tem como objectivo valorizar e reforçar a contribuição das redes de ONG no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, melhorando o conhecimento da experiência das redes passadas e presentes e reforçando as suas capacidades. No primeiro ano foi realizado um diagnóstico da história das redes de ONGs e realizados alguns debates temáticos. Neste segundo ano os resultados desse trabalho, levado a cabo por uma equipa composta por um membro da ACEP, outro da LGDH e outro da TINIGUENA, foram

apresentados e discutidos em Bissau, dando origem a uma publicação também disponível online (ver *Publicações*). Entretanto, a actividade de maior destaque nos próximos meses será a organização e realização da 3ª Conferência das ONGs na Guiné-Bissau, em Setembro de 2017, passados mais de 20 anos sobre a última conferência.

Os desafios do contexto actual, confrontado com duas décadas de experiência das ONGs nacionais e a relação com a cooperação internacional é o ponto de partida.



## Guiné-Bissau / Segurança Alimentar, Saúde e Nutrição em Quínara



*parceiros ACEP, RA - Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento e ATA - Associação Tropical Agrária*

*financiamento FCG Fundação Calouste Gulbenkian*

O projecto de segurança alimentar desenvolvido na região de Quínara com a ONG guineense RA - Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento surge na sequência de quase uma década de trabalho conjunto naquela região. Este projecto, terminado este ano, procurou contribuir para melhorar, diversificar, conservar e valorizar produções hortofrutícolas, pecuárias e de pesca daquela



região, com impacto quer nos rendimentos quer na dieta alimentar das famílias. O seguimento do acompanhamento especializado nas áreas da pecuária e hortícola e do trabalho de sensibilização traduziu-se numa importante redução da mortalidade animal, e numa maior quantidade e diversidade dos alimentos consumidos pelas famílias. As experiências de intercâmbio a outras regiões do país e também ao Senegal permitiram o contacto com outras práticas passíveis de serem replicadas naquela região e que se vieram a revelar uma estratégia eficaz para alterar hábitos e ultrapassar resistências culturais e sociais. A criação da União das Associações da Região de Quínara, no final do projecto, foi uma mais-valia para garantir a sustentabilidade da intervenção (desta e das anteriores), ao reforçar o associativismo entre diferentes associações de fileiras como a hortofrutícola, pecuária ou piscatória e permitir uma gestão mais eficaz diferentes dos recursos. No final do projecto, realizou-se uma avaliação geral, disponível para consulta, em formato brochura, no primeiro trimestre de 2017.

### **S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pelo Desenvolvimento: capacitação, advocacia e monitoria**



site [www.sociedadecivilstp.blogspot.pt](http://www.sociedadecivilstp.blogspot.pt)

*parceria* ACEP e FONG-STP Federação das ONG em São Tomé e Príncipe

*financiamento* União Europeia, Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e UNICEF

Este projecto de reforço das capacidades da Federação das ONG em S. Tomé e Príncipe (FONG-STP) e da sociedade civil santomense, em geral, em domínios como a comunicação, capacitação, advocacia e monitoria de

políticas públicas terminou a sua primeira fase em meados de 2016, tendo sido aprovada pela União Europeia uma nova fase com início planeado para Fevereiro de 2017, e com enfoque nas áreas da boa governação e da transparência das políticas públicas santomense. A 1.ª fase do projecto permitiu iniciar a aposta e a intervenção em áreas vitais para a promoção da participação cívica na gestão e na definição de políticas públicas no país, permitindo também aumentar a legitimidade e o reconhecimento da sociedade civil organizada enquanto agente político e de diálogo com as instituições do Estado e outras instituições, tanto a nível nacional, como internacional. Os exercícios de monitoria de políticas públicas, realizados e publicados no âmbito do projecto, bem como os vídeos, brochuras, formações e programas de rádio em torno destas questões são instrumentos ao serviço da sociedade civil que lhes permite alavancar a sua intervenção no terreno. O site do projecto reúne toda a informação produzida ao longo dos três anos de actividades.



## S. Tomé e Príncipe / Direitos das Mulheres: Conhecer, Capacitar, Sensibilizar

*parceiros* FONG-STP Federação das ONG em São Tomé e Príncipe ASMJ Associação São-Tomense de Mulheres Juristas; PDHEG Plataforma para Direitos Humanos e Equidade de Género e entidade associada: INPG Instituto Nacional para a Promoção do Género

*financiamento* União Europeia



Iniciado em Fevereiro de 2016, este projecto procura contribuir para a promoção e defesa dos direitos das mulheres santomenses, através da sensibilização, capacitação e co-responsabilização dos actores não estatais e autoridades locais e nacionais. Nos primeiros meses do projecto, foi realizado um estudo

diagnóstico em três áreas consideradas prioritárias pelos parceiros do projecto: o tratamento da igualdade de género nos media santomenses, o quadro jurídico-legal de defesa dos direitos das mulheres e as competências das organizações da sociedade civil para trabalhar esta temática.

A partir dos resultados deste diagnóstico, têm-se realizado diversas actividades de sensibilização e de discussão sobre os direitos das mulheres, nomeadamente formações com membros de organizações da sociedade civil, técnicos da administração pública, polícias, entre outros actores. O debate de temas relacionados com as mulheres passa também pela rádio, numa parceria com a Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe que transmite, quinzenalmente, uma conversa com convidados. Estão em preparação também vídeos e folhetos com informação sobre os direitos das mulheres que serão apresentados ao longo de 2017 em sessões de sensibilização em todo o país.

O projecto tem informação detalhada no blogue [\*Direitos das Mulheres STP\*](#).



## Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe / Futuros Criativos - Economia criativa como estratégia de desenvolvimento



parceiros ACEP, Atelier Mar, Plataforma das ONG's em Cabo Verde, Tiniguena - *Esta Terra é Nossa!* e FONG-STP Federação das ONG em S. Tomé e Príncipe

financiamento Fundação Portugal-África  
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Projecto pioneiro na Cooperação Portuguesa, procura identificar pistas para o conhecimento do contributo da economia da economia criativa para o Desenvolvimento de três países - Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe e criar espaços de intercâmbio e de conhecimento mútuo.

O diagnóstico dos 3 países foi concluído em 2016 e apresentado em cada um deles com a participação das equipas nacionais, promotores de economia criativa, responsáveis de instituições de formação, da administração pública e da cooperação internacional. Na fase final deste segundo ano foram sendo elaborados um conjunto de vídeos de divulgação, estando já disponíveis no site do projecto os documentários realizados em Cabo Verde e Guiné-Bissau (para consultar, clique [aqui](#)).

O desafio de dar seguimento a este trabalho nas suas diversas vertentes coloca-se agora a todos os envolvidos, até porque este é o tema de um dos programas de cooperação PALOP e Timor-Leste com a União Europeia, para os próximos anos.



## Cooperação e Desenvolvimento: Novos desafios, visões partilhadas

*parceiros ACEP e CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina*

*financiamento Camões - Instituto da Cooperação e da Língua*

Este projecto surge no seguimento do trabalho que a ACEP tem vindo a desenvolver há mais de uma década na área da produção de conhecimento sobre os desafios dos contextos nacionais e internacionais da Cooperação para o Desenvolvimento.

Na continuidade do projecto *Portugal e África: Melhor Cooperação e Melhor Desenvolvimento*, que é ainda hoje uma referência na reflexão sobre Cooperação internacional e Desenvolvimento, nomeadamente na preparação do IV Fórum de Alto Nível sobre Cooperação para o Desenvolvimento que aconteceu em Busan, na Coreia do Sul, em 2010. Este projecto procurará colaborar com diversas partes interessadas neste domínio, contribuindo para a construção de respostas

apropriadas e maior apoio social e político para estes temas. Para isso, num primeiro momento, foi divulgado um inquérito de opinião a diferentes actores da Cooperação sobre as suas percepções relativamente às mudanças e desafios futuros da Cooperação, cujos resultados irão enformar as restantes actividades. Ao longo de 2017, será criada a revista *Mundo Crítico* - numa abordagem entre o jornalismo, a arte e a ciência - e realizado um trabalho próximo, em regime de tutoria, com estudantes de Mestrado em Cooperação Internacional do ISEG (que é também a instituição de acolhimento do centro de investigação parceiro deste projecto). O projecto prevê também a realização de intercâmbios com debates e encontros sobre contextos, experiências e perspectivas sobre as questões do Desenvolvimento internacional e as políticas de Cooperação entre Portugal e outros países e a dinamização de actividades de debate sobre temáticas relacionadas com direitos humanos, o papel da ajuda pública ao desenvolvimento e outros temas, com estudantes do ensino superior.





© ACEP, Feira do Livro na Casa dos Direitos / Guiné-Bissau, 2016

## EDIÇÕES

A ACEP, no âmbito da sua intervenção, tem procurado sempre sistematizar experiências e contribuir para a construção de conhecimento na área do Desenvolvimento e da Cooperação. Na maior parte das vezes, trata-se de processos colectivos, que envolvem parceiros, colaboradores, pessoas recurso, instituições convidadas, cruzando várias áreas de intervenção e do conhecimento, assim como diferentes geografias.

## O Desenvolvimento nos Media - percepções e visões de jornalistas e de profissionais da área do Desenvolvimento

por Ana Filipa Oliveira e Raquel Faria



Este estudo diagnóstico, realizado no âmbito do projecto *Aquele Outro Mundo que é o Mundo*, reflecte sobre a relação entre jornalistas e profissionais da área do Desenvolvimento em Portugal. Reúne

as visões e opiniões de cerca de 30 profissionais dos Media e do Desenvolvimento e elenca um conjunto de sugestões para melhorar a informação sobre questões relacionadas com o Desenvolvimento internacional. [Disponível online.](#)

## Observando Direitos na Guiné-Bissau - Educação, Saúde, Habitação, Água, Energia, Saneamento, Justiça, Meios de Subsistência

por Carlos Sangreman



O segundo relatório anual de indicadores de direitos humanos, realizado no quadro do Observatório dos Direitos, alarga a análise a domínios como o Saneamento e os

Meios de Subsistência, duas dimensões que não estavam incluídas no relatório de 2014. Este documento analisa a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau em 2015, a partir de dados recolhidos por antenas regionais do projecto em todas as regiões do país (excepto Bolama/ Bijagós). [Disponível online.](#)

## Desafios - Trabalhar em Rede na Guiné-Bissau

por Augusta Henriques, Fátima Proença e Luís Vaz Martins



Este é o resultado do diagnóstico sobre as experiências de redes de ONGs na Guiné-Bissau, realizado no âmbito do projecto sobre este tema. Partindo da sistematização de alguns conceitos e

de diversas experiências internacionais, o livro aborda os diversos tipos de redes - temáticas, geográficas, federativas - nos últimos 20 anos da intervenção não-governamental na Guiné-Bissau e inclui um conjunto de testemunhos na primeira pessoa. [Disponível online.](#)

## Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe

por vários

Uma publicação sobre a situação das mulheres em São Tomé e Príncipe que analisa o panorama jurídico dos direitos das mulheres no país e as

competências das organizações da sociedade civil para trabalhar questões relacionadas com esta temática. O estudo inclui ainda um diagnóstico sobre o tratamento dado pelos media santomenses à igualdade de género. São três os estudos que integram esta publicação, realizados por membros das organizações parceiras do projecto *Direitos das Mulheres em S. Tomé e Príncipe - conhecer, capacitar, sensibilizar*. [Disponível online.](#)



## Mais Informação, Mais Participação, Melhor Desenvolvimento



participação dos cidadãos no desenvolvimento e o acesso à informação. Os debates, que permitiram auscultar cidadãos e cidadãs santomenses e ouvir as suas preocupações relativamente ao desenvolvimento das suas comunidades e do país, foram reunidos nesta brochura, realizada em 2016.

[Disponível online.](#)

Entre Maio e Julho de 2015, o projecto *Sociedade Civil pelo Desenvolvimento* percorreu sete distritos de São Tomé e Príncipe com a campanha “Mais Informação, Mais Participação, Melhor Desenvolvimento” para debater a

## Monitoria do OGE 2010-2015 nos subsectores da Água e Saneamento em São Tomé e Príncipe



no âmbito do *Sociedade Civil pelo Desenvolvimento* visa melhorar a prestação de contas aos cidadãos, influenciar a transparência na orçamentação e o incremento do investimento nas políticas públicas do país. [Disponível online.](#)

Elaborado pela Rede da Sociedade Civil para a Boa Governação, de São Tomé e Príncipe, este documento escrutina o Orçamento Geral do Estado entre 2010 e 2015 nos sectores da Água e Saneamento. Este tipo de

exercício, realizado



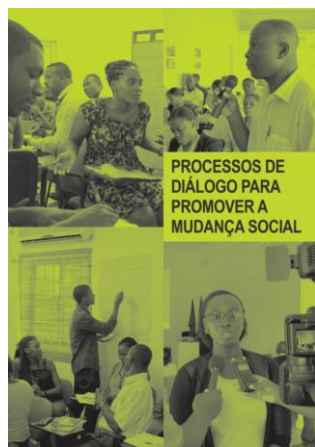
## Políticas Públicas: Boas Práticas de Monitoria e de Prestação de Contas



Esta brochura mostra alguns exemplos de boas práticas e de iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, e outros actores à escala global, de forma a tornar mais aberta e mais transparente a definição e

implementação de políticas que dizem respeito aos cidadãos. A brochura foi concebida no âmbito do projecto Sociedade Civil pelo Desenvolvimento e distribuída sobretudo por membros de ONG e OSC locais. Disponível online.

## Processos de Diálogo para Promover a Mudança Social



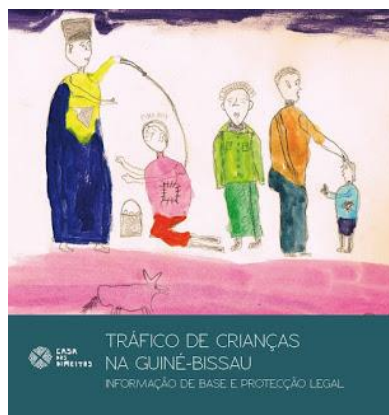
Trata-se de uma ferramenta de trabalho à disposição das organizações da sociedade civil santomenses, que procura promover a mudança social através de processos de diálogo entre diferentes actores.

Esta brochura contém

propostas que visam promover espaços de colaboração e facilitar o diálogo entre múltiplas partes interessadas (stakeholders). Fornece orientações metodológicas para um engajamento multisectorial bem-sucedido, que inclua actores não tradicionais e/ou actores de alto nível, promovendo processos participativos, a construção de visões partilhadas e de uma compreensão mútua. Disponível online.

## CADERNOS DA CASA

A partir dos estudos diagnósticos realizados no âmbito do projecto *Ora di Diritu* foram realizados três cadernos editados pela Casa dos Direitos, cada um sobre um dos temas: Tráfico de crianças, Direitos Económicos das Mulheres e Violência contra as Mulheres. O objectivo destes cadernos é o de converter os resultados dos diagnósticos em produtos de sensibilização / informação no interior do país, para membros de ONGs, agentes de justiça, forças policiais, professores, entre outros.



**Tráfico de Crianças na Guiné-Bissau - Informação de base e protecção legal**  
Disponível online.



**Direitos Económicos das Mulheres - Perceções, práticas, tendências e desafios**  
Disponível online.



**A Violência contra as Meninas e Mulheres - Causas sociais e culturais e protecção legal**  
Disponível online.

## Talibés



TALIBÉS

Em 2016 o fotojornalista português Mário Cruz foi distinguido pelo *World Press Photo*, relativamente à reportagem sobre crianças traficadas no

Senegal. Muitas delas originárias da Guiné-Bissau, são entregues pelos pais a falsos mestres corânicos que as exploram como pedintes ou trabalhadores. A ACEP e a AMIC, no âmbito da Casa dos Direitos, com apoio do Camões, I.P. e da UE, convidaram o fotojornalista para apresentar o seu trabalho, numa exposição em Bissau e no leste, Gabu, de onde partem grande parte destes meninos Talibés. [Disponível online.](#)

## EXPOSIÇÕES

As exposições realizadas pela ACEP no âmbito dos projectos têm como finalidade dar a conhecer os resultados de processos de investigação e de diagnóstico a um público mais vasto e, nalguns casos, com níveis de literacia mais baixos. À semelhança de 2015, os resultados do relatório do Observatório dos Direitos foram “traduzidos” e apresentados numa exposição itinerante que percorreu as diferentes regiões do país. Em matéria de divulgação da situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, foi também produzida a exposição *Ora di Diritu*, que se encontra disponível para requisição na Casa dos Direitos.

## Ora di Diritu



ORA DI DIRITU



DIREITOS  
DAS CRIANÇAS  
E DAS MULHERES  
NA GUINÉ-BISSAU

FINANCIAMENTO:



PROJECTO:



SARCERIOS:



A exposição itinerante *Ora di Diritu*, elaborada para sensibilizar e informar pessoas com baixo nível de escolaridade sobre os problemas do tráfico de crianças e os direitos das mulheres, percorreu o país para dar a conhecer os principais resultados do diagnóstico realizado e divulgado sobre formas diversas - livro, cadernos ilustrados e também exposição - para diferentes públicos. [Disponível online.](#)



## VÍDEOS

### Spots televisivos Ora di Diritu

Também no âmbito do projecto de influência política e de advocacia social de Direitos Humanos na Guiné-Bissau, foram produzidos dois *spots* televisivos, de curta duração, que envolveram membros de organizações da sociedade civil, músicos, responsáveis políticos, entre outras personalidades da sociedade guineense.

Com uma mensagem simples e em língua crioula, os vídeos foram transmitidos na televisão pública ao longo de um mês, antes do telejornal da noite, e difundidos também em rádios comunitárias (em formato áudio). Disponíveis online.



### Documentário | Roda de Mulheres



A assinalar o dia 8 de Março, em 2015, realizou-se na Casa dos Direitos um debate sobre direitos económicos das mulheres. Esta Roda de Mulheres foi registada e realizado um vídeo pela TVKlélé, que foi apresentado a 8 de março de 2016. Este documentário é provavelmente o último registo de imagem e som da antiga combatente Carmen Pereira, que foi também Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau a seguir à independência. Disponível online.

# A ACEP E A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

Tal como registávamos no relatório de 2015, “a Plataforma Portuguesa das ONGD, sendo um interlocutor reconhecido do Estado enquanto representante das ONGD, continua a registar alguma dificuldade de reacção e de posicionamento estratégico perante determinados processos, bem como dificuldades na construção de massa crítica e acompanhamento de determinadas questões, em parte devido às fragilidades das ONGD e à pressão que existe sobre os seus recursos humanos. Verifica-se ainda que a Plataforma tem dado primazia a acções de formação técnica (solicitadas pelas associadas) em detrimento de capacitação política e de reflexão entre pares, que poderiam ajudar a reforçar o seu papel enquanto actor político”. A avaliação que fazemos é a de que não se registou uma evolução positiva neste domínio. De facto, a Plataforma tem vindo a acentuar um papel de gestor de projectos e de actividades, em detrimento de um papel de actor de sociedade civil com uma função prioritária de advocacia e influência política.

A nível interno, prosseguiu o processo de construção de um código de ética e de conduta para as ONGD, fundamental para a defesa da credibilidade e legitimidade das organizações. A ACEP manteve na Plataforma as responsabilidades que assumiu desde que integrou a Direcção, procurando transmitir a sua visão relativamente à Plataforma e dando continuidade aos processos em domínios que considera poder ser uma mais valia, em particular na área da comunicação, com a coordenação da revista digital da Plataforma, (uma publicação para conhecer em [www.plataformaongd.pt/revista](http://www.plataformaongd.pt/revista)) e no domínio da monitoria da política de cooperação para o desenvolvimento, no âmbito do Grupo de Trabalho AidWatch.

# INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃ O

A ACEP tem continuado a explorar as potencialidades da comunicação electrónica, seja através da participação nas redes sociais, seja com a criação de espaços, sob o formato de blogue, expressamente concebidos para objectivos muito concretos. Este tipo de recursos pretende assim responder a dois tipos de necessidades: - por um lado, as relativas às actividades de projectos, tornando acessíveis as suas iniciativas e resultados e, - por outro, as necessidades de abrir a casa e as suas actividades ao escrutínio externo, através da partilha de informação de diversos tipos com um público mais amplo, tanto de pessoas individuais como de instituições.

## \_ Facebook

[www.facebook.com/ACEP.ONGD](http://www.facebook.com/ACEP.ONGD)

[www.facebook.com/estoriasdigualdade](http://www.facebook.com/estoriasdigualdade)

## \_ Cantos do Sul - a newsletter da acep

A *newsletter* institucional da ACEP é um dos principais instrumentos de comunicação utilizado pela ACEP para divulgar as suas actividades.



\_ [www.acep.pt](http://www.acep.pt) - um sítio onde se pode encontrar informação institucional sobre a acep e ligações com os projectos

O site da ACEP foi reformulado em 2016 de forma a corresponder mais a um espaço institucional articulado com os espaços virtuais de projectos e iniciativas.

## \_ Alfabeto do Desenvolvimento

[www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento](http://www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento)





## \_ 52 Histórias (uma agenda perpétua)

[www.52historias.org](http://www.52historias.org)

## \_ Aquele Outro Mundo que é o Mundo

[www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo](http://www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo)



## \_ Casa dos Direitos / Guiné-Bissau

[www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com](http://www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com)



[www.e-storiasdigualdade.com](http://www.e-storiasdigualdade.com)

## \_ e-stórias d'igualdade

## \_ Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento

[www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com](http://www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com)

## \_ Observatório dos Direitos



[www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt](http://www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt)

## \_ Sociedade Civil STP



[www.sociedadecivilstp.blogspot.com](http://www.sociedadecivilstp.blogspot.com)

## \_ Vozes de Nós

[www.vozes-de-nos.blogspot.com](http://www.vozes-de-nos.blogspot.com)



## \_ Direitos das Mulheres em STP

[www.direitosmulheresstp.wordpress.com](http://www.direitosmulheresstp.wordpress.com)

## \_ Economia Criativa em Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe

[www.economiacriatividade.wordpress.com](http://www.economiacriatividade.wordpress.com)



# OS RECURSOS DA ACEP



© ACEP, São Tomé e Príncipe

## Os Recursos Humanos

Dada a grande pressão sobre os recursos humanos, em 2016 a responsável de comunicação e advocacia Ana Filipa Oliveira passou a trabalhar a tempo integral na ACEP. Esta decisão foi articulada com a criação de uma oportunidade de reforço de competências, criada pela Fundação Gulbenkian. Assim, pôde participar numa formação intensiva sobre influência política, promovida pela organização inglesa INTRAC, que decorreu ao longo de uma semana em Oxford.

De facto, esta é uma área em que a pressão tem sido muito alta, pois que a ACEP cada vez mais vem apoiando as organizações parceiras neste domínio, reformulando, criando ou reforçando os instrumentos das organizações, sejam as plataformas digitais sejam outros suportes destas áreas das organizações parceiras.

Por outro lado, esta é uma componente cada vez mais presente nos projectos da iniciativa da ACEP, sobretudo os que intervêm em áreas como as da advocacia e sensibilização.

No final do ano a ACEP iniciou um debate interno sobre modelos de organização que apostem mais na transversalidade dos recursos humanos, procurando reforçar assim o entrosamento da equipa e um melhor aproveitamento das competências individuais para toda a actividade da organização. Será uma reflexão a aprofundar em 2017, e que servirá de base para uma reorganização e recomposição da equipa

## Os Recursos Financeiros

Em 2016 o volume de novos fundos entrados registou uma quebra considerável, cerca de 30%, correspondendo ao fim de ciclo de alguns projectos e também ao atraso nos pagamentos finais de alguns deles.

Esta situação poderá manter-se em 2017, já que os calendários de candidaturas de um dos financiadores principais, a UE, alteraram-se consideravelmente.

Esta evolução pode comprovar-se no quadro seguinte, que retrata a evolução de novos fundos entrados em cada ano, de 2011 a 2016. O resultado apresentado no balanço é positivo, de 11.152€, registando-se uma quebra nos custos de pessoal, devido ao facto de os custos salariais de uma das colaboradoras da equipa permanente ter sido suportado pela segurança social em virtude de licença de parto.

A ACEP continua a ter os sistemas de controle externo através de auditorias independentes, divulgação do Relatório de Actividades e Contas e da informação sobre montantes e origens dos fundos.



Fundos	2011 (€)	%	2012 (€)	%	2013 (€)	%	2014 (€)	%	2015 (€)	%	2016 (€)	%
Fundos públicos portugueses	259.306	60	159378	55	97156	32	89.643	21	205.462	38	186.257	50
Fundos europeus	39.120	9	58041	20	116932	39	180.527	42	161.839	30	127.655	34
Fundos multilaterais	58.129	13	42847	15	42847	14	50.000	12	60.000	11	-	-
Fundos privados e fundos próprios	75.641	18	31534	10	45820	15	104.416	25	113.740	21	60.376	16
Total	432.197	100	291.800	100	302.756	100	424.588	100	541.042	100	374.289	100

# BALANÇO E DEMONSTRA- ÇÃO DOS RESULTADOS

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2016	31/12/2015
ACTIVO			
Investimentos Financeiros (FCT)			
Activos fixos tangíveis			
Subtotal		0,00	0,00
Activo corrente			
Inventários		11 515,03	11 569,50
Clientes		330,72	330,72
Estado e outros Entes públicos		54,42	0,00
Outras contas a receber		239 730,00	248 852,97
Diferimentos		865,93	829,32
Caixa e depósitos bancários		90 127,60	149 659,26
Subtotal		342 623,70	411 241,77
Total do Activo		342 623,70	411 241,77
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Resultados transitados		23 318,96	23 175,17
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado Liquido do período		11 152,49	143,79
Total do fundo de capital		34 471,45	23 318,96
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		4 027,26	0,00
Estado e outros Entes públicos		5 207,60	5 823,96
Outras contas a pagar		22 516,91	3 901,63
Outros passivos financeiros/diferimentos		276 400,48	378 197,22
Subtotal		308 152,25	387 922,81
Total do Passivo		308 152,25	387 922,81
Total dos fundos próprios e do passivo		342 623,70	411 241,77

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		22 857,74	36 464,71
Subsídios, doações e legados à exploração		366 619,41	468 189,45
Variação dos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e consumidas		(54,47)	(45,00)
Fornecimentos e serviços externos		(304 924,20)	(422 281,48)
Gastos com pessoal		(88 928,06)	(93 975,81)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Outros rendimentos e ganhos		19 926,31	21 932,60
Outros gastos e perdas		(4 344,24)	(10 161,04)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11 152,49	123,43
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 152,49	123,43
Juros e rendimentos similares obtidos			20,68
Juros e gastos similares suportados			(0,32)
Resultado antes de impostos		11 152,49	143,79
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Resultado líquido do período		11 152,49	143,79

Lisboa, 31 de Março 2017

Contab. Certif. N.º 80072

A Direcção



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de /Clientes/utentes		-	31,08
Recebimentos de financiamentos/subsidios		317 019,40	317 019,40
Pagamentos ao pessoal		(89 262,98)	(59 258,43)
Pagamentos a fornecedores		(41 680,46)	
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>186 075,96</b>	<b>257 792,05</b>
Pagamento/recebimento Estado			-
Outros recebimentos/pagamentos		(4 915,40)	(179 240,13)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>181 160,56</b>	<b>78 551,92</b>
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Outros Ativos</i>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>			20,68
<i>Dividendos</i>			
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)</b>		<b>-</b>	<b>20,68</b>
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuizos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>			
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções do fundo</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>181 160,56</b>	<b>78 572,60</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>149 659,26</b>	<b>71 086,66</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>330 819,82</b>	<b>149 659,26</b>

90 127,60

Lisboa, 31 de Março 2017  
Contab. Certif. Nº 80072

A Direcção  
240 692,22



